

# **A PRESERVAÇÃO DE ARQUIVOS ESCOLARES DIANTE DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS: o caso do Colégio Liceu Paraibano**

Francineide Batista do Nascimento<sup>1</sup>

Thais Helen do Nascimento Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** Os arquivos são fundamentais para a preservação da memória, tanto da instituição produtora como do meio social no qual está inserido. No caso dos arquivos de instituições de ensino, aqui chamados de arquivos escolares, existe um potencial como fonte de informações sobre indivíduos (estudantes, docentes e funcionários), políticas educacionais e comportamento social. Contudo, percebe-se a carência de parâmetros específicos na organização e preservação desses acervos documentais. Esse estudo pretende analisar as políticas públicas (ou a ausência destas) voltadas aos arquivos escolares. Para embasar o tema, utilizamos uma revisão da literatura especializada, bem como a observação empírica de um arquivo escolar (Colégio Liceu, João Pessoa - PB). Como resultado, aspiramos contribuir para a discussão da relevância de preservação e organização desses acervos de escolas no processo de aquisição de informação para construção do conhecimento, garantia de direitos e comprovação de cumprimento de deveres.

**Palavras-chave:** Arquivologia, Arquivos Escolares, Políticas Arquivísticas.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Arquivologia – UEPB ([francynasc2@yahoo.com.br](mailto:francynasc2@yahoo.com.br))

<sup>2</sup> Graduanda em Arquivologia – UEPB ([thaishelen.uepb@gmail.com](mailto:thaishelen.uepb@gmail.com))

## **1. INTRODUÇÃO: OS ARQUIVOS ESCOLARES COMO FONTES DE INFORMAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SÓCIO-CULTURAL**

Os fundos de arquivo são conjuntos documentais acumulados organicamente no decorrer das funções desempenhadas por entidades ou pessoas, independentemente do gênero ou do suporte da informação, sendo provenientes de um único produtor arquivístico (instituição ou pessoa física). Os arquivos também podem ser descritos como os conjuntos documentais produzidos e conservados para provar ações e garantir direitos, na consecução de atividades administrativas específicas. Invariavelmente possuem natureza administrativa, jurídica, probatória, orgânica, contínua, serial e cumulativa. Resumidamente, os arquivos apresentam essas características: são produzidos e conservados com finalidade de prova; são criados ou acumulados exclusivamente por demanda da empresa, instituição ou pessoa no decorrer de suas atividades, são originados no curso das atividades administrativas e apresentam relação com o seu contexto de criação. Cada arquivo reflete as ações da instituição produtora. Como cada ente é único, cada arquivo também será exclusivo na formação de sua documentação. No arquivo os documentos são acumulados organicamente, no decorrer das funções desempenhadas por entidades ou pessoas, independentemente da natureza ou do suporte da informação, sendo provenientes de um único produtor (a entidade ou pessoa física), sendo este o pilar do princípio basilar da disciplina arquivística, o da proveniência.

Para este trabalho, elegemos os arquivos de instituições escolares como nosso objeto de estudo. Mais especificamente, vamos tratar do arquivo do Colégio Liceu Paraibano da cidade de João Pessoa-PB.

Os arquivos das instituições estaduais de ensino (médio e fundamental) reúnem os documentos referentes às estruturas técnico-pedagógicas e atividades relativas ao corpo docente e discente (documentos das atividades-fim). Também constituem esses acervos os documentos administrativos, necessários à manutenção e funcionamento da escola, oriundos das atividades-meio.

Os acervos dessas instituições são predominantemente formados pelas seguintes espécies documentais: atas, projetos pedagógicos, regulamentos e normas, diários de classe, históricos escolares, relatórios das aprovações e repetências, requerimentos de matrículas, provas finais, dentre outros. São arquivados também documentos de gestão de pessoas:

dossiês de professores e funcionários; e documentos de ordem financeira: faturas, recibos e notas fiscais. Também são conservados documentos de natureza imagética: fotografias, vídeos, cartazes etc. Existem ainda os documentos de comunicação: ofícios, memorandos e e-mails impressos. Esses documentos formam o universo arquivístico resultante do funcionamento cotidiano da instituição escolar e representam um conjunto das fontes de informação, no qual Mogarro (2006) afirma:

Estes documentos constituem produções múltiplas, que reflectem a própria multidimensionalidade e complexidade das realidades escolares e formativas, assim como a diversidade e pluralidade dos meios de intervenção dos agentes educativos.

Os documentos de um arquivo escolar possuem finalidades e funções diversas. *A priori*, a documentação garante meios de prova de direito de pessoas ou de sua administração, além de também possuir um papel informativo para a administração pública, pois é através destes que a administração pode recolher dados referentes à evolução do oferecimento de vagas, de repetência, evasão escolar, entre outros, adotando *a posteriori* medidas cabíveis para retificar possíveis problemas. Ainda podemos acrescentar como finalidade deste tipo de arquivo o seu valor histórico-cultural, pois é neste espaço que pesquisadores e interessados podem coletar informações sobre a sociedade e ainda personalidades que passaram pela instituição (MEDEIROS, 2009). Para Mogarro (2006), “o arquivo escolar garante, em cada instituição, a unidade, a coerência e a consistência que as memórias individuais sobre a escola, [...] à memória e identidade que hoje se torna fundamental construir”.

É inquestionável a necessidade de boa preservação desses arquivos. No entanto, a realidade brasileira mostra que não existe uma boa gestão desses arsenais de documentos. Seria desejável a inserção de um diagnóstico para identificação de deficiências, para então se poder aplicar recursos voltados ao melhoramento dos serviços de tratamento documental e condições de trabalho no arquivo. Isso poderia garantir uma gestão documental adequada, o que atenderia de forma mais eficiente ao disposto na legislação arquivística brasileira, a qual preconiza que cabe ao poder público a gestão de documentos e a preservação dos documentos públicos. Para uma possível solução destes problemas, acreditamos que a implantação de políticas públicas arquivísticas para as instituições escolares contribuiria de forma significativa para o melhoramento deste – o arquivo escolar.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

A política surge na antiguidade clássica com os gregos, sendo considerada a arte de administrar, regulava a vida na *Polis* – que representa o urbano, o civil e público. Sua finalidade estava vinculada às tomadas de decisões, com vistas ao alcance de melhorias na solução de seus problemas cotidianos. A política também pode ser entendida como a arte da conservação de convencer as pessoas para que aceitem propostas individuais tornando-as de todos.

Analisando autores, como Cezar (2010) e Oliviere (2010), entendemos política como a arte, a ciência do governo/administração. Assim, a política detém liberdade perante opiniões, levando pessoas ao comando que manterão a ordem na sociedade na qual se aplica.

No que se refere às políticas públicas, esta é compreendida com a postura do poder político, em face dos problemas dos diferentes autores que compõem o cenário e sua intenção de apresentar respostas, no que atende ao papel do Estado em sua sociedade. De forma sucinta, as políticas públicas são as orientações para as tomadas de decisões de um governo/administração.

As políticas não podem ser entendidas senão da perspectiva do tipo de regime político e da ação do governo de que emergem. Não são variáveis independentes que possam ser explicadas de maneira alheia ao conjunto de fatores políticos e institucionais em que se estruturam. As políticas públicas têm de ser examinadas a partir do regime político e do governo (MEDÍLLIN *apud* SILVA, 2008).

A compreensão de políticas públicas é importante, pois são estas que estabelecem a natureza e o caráter do ambiente em que são formuladas, proporcionando uma compreensão na estruturação do Estado e dos governos, atendendo as demandas da sociedade.

Segundo Marin Filho (2005), as funções que sustentam as políticas públicas são:

- *Planejamento*: concepção ou formulação das políticas;
- *Orçamento*: alocação de recursos para viabilização das políticas;
- *Execução*: implementação ou operacionalização das medidas para a realização das políticas públicas.

Políticas Públicas estão presentes em diversos espaços na atualidade, pois se referem às melhorias, seja na educação, na saúde, e entre tantas outras áreas que necessitem destas em

sua organização. Não sendo diferente nos arquivos, onde também é necessário que os atores sociais que planejam as políticas públicas consigam ver as condições caóticas encontradas nos arquivos públicos tais como: lugares inadequados, ausência de uma organização ou tratamento arquivístico adequado. Tudo isso contribui para que os usuários não recuperem informações/documentos desejados.

Neste contexto é que se inserem as Políticas Públicas Arquivísticas. Sobre isso, concordamos com a definição apresentada por Jardim (2006) que afirma que esta compreende em um:

[...] conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, ao uso e à preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

Jardim sugere que para a elaboração de políticas públicas arquivísticas, duas vertentes da realidade brasileira devem ser levadas em consideração: a diversidade e a desigualdade. Pois os pressupostos principais de políticas públicas nos mostram que estas devem ser “formuladas, executadas e avaliadas em níveis nacional, estadual e municipal” (JARDIM, 2009), atendendo assim todas as camadas e realidades dos arquivos no Brasil.

### **3. O ARQUIVO DO COLÉGIO LICEU PARAIBANO**

Temos como locus para o nosso estudo de caso o colégio Liceu Paraibano, que está localizado no centro da cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Fundado no século XIX, no ano de 1831, teve suas atividades iniciadas apenas cinco anos depois através da Lei nº 11, de 24 de março de 1836. Pela escola passaram personagens conhecidos: o economista Celso Furtado, o presidente João Pessoa, o ambientalista Lauro Pires Xavier, o jornalista Ascendino Leite, a cantora Elba Ramalho, o poeta Augusto dos Anjos, entre outras personalidades da arte, cultura e política.

A instituição escolar vivenciou sete períodos históricos da educação, como o Império (1822-1889); I República (1889-1930); II República (1930-1936); Estado Novo (1936-1945); Nova República (1945-1963); Regime Militar (1964-1985); e Abertura Política (1985-atualidade), produzindo e recebendo um rico acervo cultural.

O arquivo da instituição foi inserido no organograma funcional a partir do ano de 1976, por funcionários da secretaria da escola. O acervo contém documentos desde o ano de 1905 até o ano de 2009. A documentação anterior ao ano de 1905 foi perdida em catástrofes ocorridas na secretaria do colégio, onde se guardavam os documentos tanto de idade corrente, como intermediária e permanente.

Atualmente, a unidade administrativa responsável pelo arquivo da escola funciona no período vespertino, das 14h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Localiza-se em um pequeno espaço físico no piso superior (com cerca de 25m<sup>2</sup>), dentro de uma sala relativamente arejada. O ambiente físico é arejado e a iluminação é natural (no período em que fica aberto). As paredes aparentemente não estão infiltradas. O mobiliário se resume a algumas estantes e dois armários de metal. Quanto à proteção contra catástrofes (já ocorridas no arquivo), não existe nenhum equipamento preventivo, como extintor de incêndio, alarmes etc. Lamentavelmente percebem-se sérias deficiências nas instalações físicas.



Foto 1 – Instalações físicas do arquivo do Colégio Liceu Paraibano

Para um conhecimento mais aprofundado do arquivo (e sua gestão documental), realizamos uma entrevista semi-estruturada com o funcionário responsável. Para uma melhor compreensão, realizamos um afunilamento nos questionamentos respondidos pelo funcionário. Daremos ênfase aos seguintes aspectos: gestão documental, preservação física e qualificação do profissional.

Sobre gestão documental, tomamos como base a Lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991 que dispõe acerca da política nacional de arquivos públicos e privados, onde:

considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente.

Os documentos produzidos pela instituição são de caráter primordialmente educacional, ou seja, para o cumprimento da atividade-fim. Os documentos mais recentes são armazenados na secretaria escolar. quando há mudança do ano de exercício, esses documentos são transferidos para o setor de arquivo. Esta operação não é feita de acordo com critérios arquivísticos, e sim baseada no empiricismo. Não há critérios científicos de avaliação documental, uma vez que a instituição não conta com a aplicação dos instrumentos de controle: plano de classificação e tabela de temporalidade.



Foto 2 – Organização dos documentos no arquivo do Colégio Liceu Paraibano

A eliminação dos documentos não é uma atividade realizada no arquivo, com exceção dos diários de classe (os quais se conservam pelo período de dez anos) e das provas finais dos

estudantes (guardadas por três anos). Cumprido o período determinado ocorrerá a incineração dos mesmos (procedimento também questionável, até por motivos ambientais).

Com vistas à recuperação da documentação, o arquivo conta com um instrumento de controle denominado *catálogo (sic)*, o qual descreve a partes da documentação referente a alunos, professores e funcionários, com a referência de numeração das caixas de acondicionamento e a localização nas estantes.

Os usuários desse arquivo são ex-alunos, ex-funcionários, pesquisadores universitários e jornalistas, dentre outros – de acordo com o funcionário entrevistado.

Também questionamos os métodos de preservação documental. Os documentos estão acondicionados em sacolas plásticas de lixo, pois se acredita que dessa forma os documentos estão protegidos contra poeira, fungos, mofo, insetos, e outros causadores de degradação. Observou-se que alguns documentos estão reunidos com grampos e cliques – já em estado de decomposição por ferrugem.

Sobre a proteção dos profissionais e pesquisadores, não se faz uso de nenhum EPI (equipamento de proteção individual): luvas, máscaras, óculos e jaleco.

Acerca da formação dos funcionários que atuam no arquivo, o funcionário entrevistado possui ensino médio e participou (há 13 anos) de um curso rápido oferecido pela Secretaria de Educação do Estado sobre arquivos. O segundo funcionário (não-entrevistado) possui ensino médio, e foi transferido recentemente para o setor de arquivo do colégio Liceu.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concordamos com Mogarro (2006) quando afirma que os arquivos escolares “apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade [...], assumindo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica da escola”.

Na busca de mecanismo que garantam a preservação não apenas física mas também lógica desses conjuntos documentais, pode-se não apenas referir a sua contribuição histórica, mas também para o melhoramento da nossa situação atual, observamos que a educação não é devidamente prestigiada nas políticas gerais.

Os arquivos das instituições escolares podem e devem servir de fonte de informação para a melhoria dos sistemas educacionais. A utilização destes documentos pode promover maior conhecimento tanto da história institucional como também da evolução administrativa e educacional do estado.



Cabe aos atores sociais envolvidos na gestão pública e educacional a preocupação com este patrimônio documental Arquivístico. É de se frisar a elaboração e implementação de políticas públicas arquivísticas como ponto fundamental para a preservação do patrimônio arquivístico escolar. Além disso, a presença destas políticas trará benefícios, tais como: estabelecimento e cumprimento das leis arquivísticas: da gestão documental, preservação, direito ao acesso e uso das informações, de contratação de profissionais devidamente qualificados, entre outros.

Entendemos que a organização de arquivos escolares com a inserção de políticas públicas arquivísticas, trará benefícios às escolas e à sociedade, pois estas contribuirão para uma fácil e ágil recuperação da informação, crescendo gradativamente o número de pesquisas e maior conhecimento da sociedade: da trajetória escolar dos alunos que passaram pela escola, da sua importância no meio onde está inserido, “nos novos caminhos da investigação em educação, que colocam estas instituições em uma posição de grande centralidade para a compreensão dos fenômenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens” (MOGARRO, 2006).

Percebe-se que a importância da preservação dos arquivos de instituições escolares, como a memória, a história e a cultura da instituição que representa o berço do saber da educação. Todavia, não só da instituição, como no meio onde está inserido. Ainda mais de uma escola que está atuando há quase dois séculos na cidade de João Pessoa, contribuindo para os seus usuários e pesquisadores, no qual representa a riqueza dos arquivos de uma cidade ou estado.

## 5. REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e tipológica de documento de arquivo**. Como Fazer N° 08. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Lei n° 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/conarq/legisla/lei8159.htm>. Acesso em: 03 abr. 2010.

CEZAR, Lunamar do Amaral. **O que é política?**. Disponível em: <http://www.artigonal.com/direito-artigos/o-que-e-politica-870465.html>, acesso em: 27 de junho de 2010.

EDUCAR. **Informativo da secretaria da educação e cultura da Paraíba**. João Pessoa: Forma Editorial, 6ª ed. nov. 2005.

JARDIM, José Maria. Diversidade Arquivística e Políticas de Arquivos. Salvador, **Ponto de Acesso**, v. 3, n. 1, p. 46-59, 2009.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói – RJ. Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

MARIN FILHO, Carlos José. **Concepção de Políticas Públicas: definição, viabilização e execução**. Disponível em: <http://www.urisan.tche.br/~cursoplanodiretor/material/marin/cap1.pdf>, acesso em 01 de julho de 2010.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. **Arquivos Escolares**. IN: *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*. Campinas, SP: Alínea, 2009, p. 175-188.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. **Sinfo. Revista de Ciências da Educação**, n. 1, p. 71-84, 2006.

MULLER, Pierre. SUREL, Yves. A análise das políticas públicas. Pelotas: Educat, 2004.

OLIVIERE, Antônio Carlos. **O que é política?** Disponível em: <http://pt.shvoong.com/social-sciences/political-science/1636126-que-é-política/>, acesso em 25 de junho de 2010.

ROUSSO, Henry. **O arquivo ou o indício de uma falta. Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.9, nr.17, p.85-91, 1996.

SANTOS, Eliete Correia dos. Et al. O arquivo como espaço de investigação historiográfica sobre a cultura escolar: um estudo de caso. **Anais**, I Fórum Internacional de Arquivologia, Universidade Estadual da Paraíba, Campus V, João Pessoa, 2008.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.